



**CONSELHO MUNICIPAL DE
SAÚDE
PONTA PORÃ / MS
HUMANIZANDO A SAÚDE**



1

Decreto n.º 2.740/91

1 **ATA DA 349ª DA REUNIÃO ORDINÁRIA, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.**

2 Aos dias dezesseis de abril de dois mil e vinte e seis, às 14h, na Câmara Municipal de
3 Vereadores em Ponta Porã/ MS, reuniram - se os Membros do Conselho Municipal de Saúde
4 em reunião ordinária, após convocação. Estiveram presentes os **Conselheiros Representantes**
5 **do Fórum dos Usuários:** Titulares: Senhores/as: Fabio Rolón, Edgar Fernando do Nascimento
6 Batista, Maria Cândida Rodrigues, Ivo de Melo Marques, Ana Célia Brizuela, Elso Mendes
7 Mareco e Mariza R. dos Santos Holsback. **Suplentes:** Carla Aparecida e carvalho Bueno,
8 Marlinda R. Arévalo e Nivea Maria Queiroz de Pinho. **Conselheiros Representantes do**
9 **Fórum dos Trabalhadores Titulares:** Estelita Aparecida Ajala e Lucilene da Silva Rodrigues.
10 **Suplentes:** Maria Vilma F. Sena e Eleonor de Jesus Ximenes. **Conselheiros Representantes**
11 **do Fórum dos Gestores e Prestadores Titulares:** Aline Rodrigues Benites **Suplentes:**
12 Mariane Silvestre Quinhones e Elaine Vicente Garcia Ferreira. **1.0 EXPEDIENTE: 1.1**
13 **Aprovação da pauta com a ordem do dia;** Aprovado. **1.2 Aprovação das atas das reuniões**
14 **anteriores,** correspondente a ata nº 348. **1.3 Entrega de Moção de Congratulações e Aplausos**
15 **à senhora Pâmela de Souza Almeida,** gerente do Centro de Especialidades Médicas da
16 Secretaria Municipal de Saúde de Ponta Porã, em reconhecimento ao trabalho desempenhado
17 com dedicação, competência e compromisso, contribuindo para a melhoria da qualidade dos
18 serviços de saúde ofertados à população. **1.4 Posse de novos conselheiros,** Foi empossada como
19 conselheira titular, representando o segmento Prestador e Gestor, a senhora *Elaine Vicente*
20 *Garcia,* em substituição à conselheira Rosiane. Na sequência, tomou posse como conselheira
21 suplente, também representando o Fórum Gestor, a senhora *Cristiane Karina Rodrigues*
22 *Fernandes,* sendo ressaltado seu retorno ao Conselho, após atuação anterior.
23 **JUSTIFICATIVA: AUSÊNCIA DOS CONSELHEIROS:** Rosemary Aparecida Soares
24 Batista, Regina Godoy Gimenes, Dionatan C. do Carmo, Rudimar da Silva Goulart, Marcia
25 Maria Mora e Giuliana Pissini Brizuela. **2.0 DELIBERAÇÕES E ENCAMINHAMENTO:**
26 **2.1 Protocolo para distribuição de insumos essenciais de saúde:** Dando início às
27 deliberações e encaminhamentos, a Primeira-Secretária Aline Rodrigues realizou a leitura do
28 parecer referente à apreciação e aprovação do protocolo para distribuição de insumos essenciais
29 de saúde. Informou que, aos nove dias do mês de abril, a comissão reuniu-se com técnicos da
30 Secretaria Municipal de Saúde, fundamentando-se nas Leis Federais nº 8.080/1990 e nº
31 8.142/1990, bem como na Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 153/2012, para análise
32 do referido protocolo. Foi apresentado que o protocolo tem como objetivo atender pacientes em
33 situação de alta hospitalar e usuários das unidades básicas de saúde que necessitam de insumos
34 essenciais, tais como fraldas, fórmulas infantis, dietas enterais, suplementos nutricionais e
35 insumos médico-hospitalares. O fornecimento estará condicionado à comprovação de
36 necessidade clínica, mediante laudo devidamente justificado, contendo critérios clínicos e
37 Classificação Internacional de Doenças (CID). No que se refere à avaliação dos pacientes,
38 foram descritas duas modalidades: para pacientes em alta hospitalar, utilização da ferramenta
39 SCORE-NEAD, associada ao plano de alta hospitalar; e, para pacientes já cadastrados,
40 aplicação de checklists padronizados pelo Serviço Social da Secretaria Municipal de Saúde,
41 com apoio da Secretaria Municipal de Cidadania e Inclusão Social. Ressaltou-se a necessidade
42 de reavaliação de todos os pacientes já cadastrados, visando adequação aos novos critérios.
43 Informou-se ainda que o financiamento será realizado com recursos próprios do município,
44 priorizando pacientes em maior vulnerabilidade clínica e nutricional. A avaliação para
45 concessão de fórmulas alimentares considerará critérios clínicos, antropométricos e



HUMANIZANDO A SAÚDE

Decreto n.º 2.740/91

2

laboratoriais. Destacou-se que a elaboração do protocolo visa estabelecer diretrizes, padronizar fluxos, garantir organização, transparência e equidade no acesso aos insumos no âmbito do SUS municipal. Diante da análise realizada, a comissão manifestou-se favoravelmente à aprovação do protocolo, entendendo que o instrumento contribui para o fortalecimento da gestão, racionalização dos recursos públicos e garantia de acesso equitativo aos usuários. **As comissões responsáveis recomendaram, portanto, a aprovação integral do documento** pela plenária do Conselho Municipal de Saúde. Dando continuidade às discussões, foi concedida a palavra à conselheira Ana, representante do segmento dos usuários, a qual manifestou que já havia um protocolo anterior referente à distribuição de insumos essenciais à saúde. Ressaltou, entretanto, a necessidade de inclusão de um adendo, especialmente voltado à área rural, propondo que os insumos sejam destinados diretamente às unidades de saúde dessas localidades, como Itamarati, Cabeceira do Apa, Sanga Puitã e demais assentamentos, visando facilitar o acesso da população. Colocou a sugestão à apreciação dos demais conselheiros. Na sequência, a Presidente esclareceu que, anteriormente, não se tratava de um protocolo, mas sim de uma resolução aprovada pelo Conselho em momento de escassez de fraldas, na qual se estabelecia que os insumos deveriam ser distribuídos nas unidades básicas de saúde, com o objetivo de garantir maior controle, tendo em vista a ocorrência de retirada por pacientes não cadastrados, o que ocasionava falta para aqueles que realmente necessitavam. Informou, contudo, que tal diretriz não constava no protocolo em análise. Diante disso, foi solicitada manifestação da responsável técnica pelo setor, a fim de esclarecer os motivos da não inclusão dessa medida no protocolo e apresentar como se dará o funcionamento atual do processo de distribuição, especialmente no que tange ao controle e à logística. Ainda no uso da palavra, foi levantada a necessidade de esclarecimento quanto à atuação das farmácias credenciadas no Programa Farmácia Popular, considerando relatos de que estabelecimentos cadastrados não estariam fornecendo insumos como fraldas, apesar de constarem como habilitados junto ao Ministério da Saúde. Na sequência, fez uso da palavra a conselheira Mariane, representante do Fórum dos Gestores, que abordou inicialmente a questão das farmácias populares. Informou que, atualmente, há estabelecimentos cadastrados no sistema do Ministério da Saúde que não estão realizando os atendimentos conforme previsto. Relatou que foram realizadas tratativas junto à Superintendência em Campo Grande e ao próprio Ministério da Saúde, inclusive mediante visita institucional em Brasília, estando o tema em processo de regularização. Informou ainda que a equipe realizou visitas in loco às farmácias, de forma não identificada, para averiguar a situação, constatando a ausência do fornecimento. Destacou que a problemática persiste há algum tempo e sugeriu que o Conselho Municipal de Saúde formalize um documento a ser encaminhado ao Ministério da Saúde, com o objetivo de reforçar a cobrança por providências, seja para regularização do serviço, seja para o descredenciamento dos estabelecimentos que não estejam cumprindo suas obrigações. Ressaltou que a inexistência de farmácias populares em funcionamento no município prejudica o acesso da população a programas importantes, como o fornecimento de absorventes e outros insumos, afetando tanto a zona urbana quanto localidades como Itamarati e Sanga Puitã. Solicitou, portanto, o apoio do Conselho na elaboração de documento oficial, destacando a urgência da situação. Dando prosseguimento, a conselheira Mariane passou a tratar do protocolo em discussão, explicando que a resolução anteriormente mencionada foi elaborada em caráter emergencial, em razão de problemas com empresa fornecedora de fraldas à época. Informou que a situação foi regularizada e que o novo protocolo tem como objetivo atender tanto às demandas da população quanto às necessidades da gestão, promovendo maior organização do fluxo. Relatou avanços no processo de



**CONSELHO MUNICIPAL DE
SAÚDE
PONTA PORÃ / MS**



3

HUMANIZANDO A SAÚDE

Decreto n.º 2.740/91

atendimento, destacando que, atualmente, os pacientes passam por avaliação atualizada e já recebem seus kits prontos no momento do atendimento, o que representa melhoria significativa na eficiência do serviço. Informou ainda que há planejamento para aprimoramento da logística de distribuição, incluindo o envio de insumos para áreas rurais, como Itamarati, Cabeceira do Apa e Sanga Puitã, por meio das equipes da Secretaria. Esclareceu que eventuais ajustes relacionados à logística deverão ser tratados em protocolo específico, distinto do protocolo geral ora em análise, a fim de permitir maior flexibilidade para alterações futuras sem necessidade de revisão do documento principal. Acrescentou que há estudos em andamento para ampliação da assistência, incluindo a distribuição de medicamentos controlados em localidades mais distantes, bem como a expansão da estrutura de atendimento em Itamarati, com implantação de novos serviços, como raio-x e fisioterapia. Informou também sobre a implementação de canais de comunicação, como atendimento via aplicativo de mensagens, visando facilitar o acesso da população a informações e agendamentos, reduzindo a necessidade de deslocamentos desnecessários. Na sequência, fez uso da palavra a senhora Joelma, responsável técnica pelo setor social, que se apresentou formalmente e passou a detalhar o funcionamento do serviço. Relatou que o setor passou por reestruturações e ajustes internos, com o objetivo de melhorar o atendimento aos usuários. Destacou a implantação de agendamento organizado, com dias específicos e equipe dedicada, bem como a preparação antecipada de kits, informando que, na data da reunião, já haviam sido organizados 58 kits para atendimento no dia seguinte. Ressaltou que tais melhorias representam avanço significativo na qualidade do serviço prestado. Quanto ao protocolo, enfatizou sua importância para garantir que os insumos sejam destinados a quem realmente necessita, com base em critérios técnicos, incluindo avaliação clínica e socioeconômica realizada pelo serviço social, buscando maior justiça e efetividade na distribuição. Salientou, por fim, que o processo de avaliação exige sensibilidade por parte dos profissionais e que, anteriormente, havia fragilidades nesse controle, as quais estão sendo gradativamente corrigidas com a implementação das novas diretrizes. Dando continuidade, a Joelma esclareceu que, com a implementação do novo protocolo, cada paciente enquadrado em determinado Código Internacional de Doenças (CID) passará a receber quantitativo de insumos correspondente à sua condição clínica, sempre mediante prescrição médica. Destacou ainda que os agentes comunitários de saúde desempenham papel fundamental no acompanhamento dos pacientes, sendo responsáveis por visitas, preenchimento de checklist e relatórios devidamente assinados. Informou também que o setor conta atualmente com ampliação da equipe de assistência social, com a realização de visitas domiciliares a todos os pacientes cadastrados, os quais somam, aproximadamente, 793 usuários apenas no que se refere ao fornecimento de fraldas. Ressaltou a importância da reavaliação periódica desses pacientes, com análise individualizada de cada caso. Em relação à qualidade dos insumos fornecidos, especialmente fraldas, esclareceu que não há, no momento, registros de reclamações relevantes, mencionando que eventuais problemas pontuais ocorridos anteriormente já foram solucionados, sendo atualmente ofertado produto de boa qualidade que atende às necessidades dos usuários. Quanto ao fornecimento de dietas, destacou que passou a ser exigido parecer técnico de nutricionista, diferentemente do que ocorria anteriormente. Informou ainda que o setor dispõe de estrutura adequada para avaliação nutricional, incluindo equipamentos como balança e adipômetro, possibilitando análise criteriosa do estado nutricional dos pacientes. Ressaltou que o protocolo tem como objetivo garantir que os insumos sejam destinados prioritariamente à população em situação de vulnerabilidade social, sendo o Cadastro Único estabelecido como porta de entrada para acesso ao benefício, em parceria com a Secretaria Municipal de Cidadania



**CONSELHO MUNICIPAL DE
SAÚDE
PONTA PORÃ / MS**



4

HUMANIZANDO A SAÚDE

Decreto n.º 2.740/91

138 e Inclusão Social. Em resposta a questionamentos, esclareceu que o processo de
139 recadastramento já está em andamento, incluindo pacientes da zona rural. Informou que as listas
140 desses pacientes já foram organizadas e que as avaliações serão realizadas por meio de visitas
141 domiciliares, conforme atribuição do assistente social, contando também com o apoio de
142 profissionais da área social que atuam nas regiões rurais. Na sequência, a conselheira Ana
143 manifestou reconhecimento pelos avanços observados no setor, destacando especialmente a
144 organização dos kits previamente montados para entrega aos pacientes, o que contribui para
145 maior controle e eficiência no atendimento. Ressaltou a importância dessa medida,
146 considerando que muitos pacientes são acamados e dependem de terceiros para retirada dos
147 insumos. Em complemento, a Joelma esclareceu que o acolhimento para retirada dos insumos
148 deve ser realizado por familiares do paciente, não sendo permitido que cuidadores remunerados
149 assumam essa responsabilidade, uma vez que o vínculo familiar é considerado essencial para o
150 acompanhamento contínuo do usuário. Acrescentou ainda que o setor passou a desenvolver
151 ações de caráter socioeducativo, com orientações aos familiares no momento da retirada dos
152 insumos, abordando temas como higienização do leito, cuidados com o paciente, preparo de
153 dietas alternativas e importância do vínculo afetivo no cuidado domiciliar. Informou que tais
154 orientações são realizadas de forma breve, com apoio de materiais informativos elaborados pela
155 própria equipe. Na sequência, fez uso da palavra o conselheiro Edgar Batista, representante do
156 segmento dos usuários, que destacou que o tema em discussão foi amplamente debatido em
157 reuniões anteriores do Conselho, especialmente no ano anterior, quando a população enfrentava
158 dificuldades no acesso a insumos essenciais. O conselheiro lembrou que, à época, foi sugerida
159 a criação de uma comissão para diálogo com a Câmara Municipal, com o objetivo de fortalecer
160 a articulação institucional e buscar apoio junto aos vereadores para encaminhamento de
161 demandas da área da saúde, inclusive no que se refere à captação de recursos por meio de
162 emendas parlamentares. Ressaltou a importância de maior aproximação entre o Conselho
163 Municipal de Saúde e o Poder Legislativo, visando dar maior efetividade às discussões
164 realizadas no âmbito do Conselho e promover avanços concretos nas demandas apresentadas
165 pela população. Na sequência, foi concedida a palavra ao vereador presente Pucca, que iniciou
166 sua fala parabenizando a atuação do Conselho Municipal de Saúde, destacando sua relevância
167 no acompanhamento, fiscalização e orientação das políticas públicas de saúde, bem como no
168 apoio à gestão municipal e ao Poder Legislativo. O vereador enfatizou a importância da busca
169 por recursos por meio de emendas parlamentares, informando que tem atuado nesse sentido
170 junto a deputados estaduais e federais, mencionando, inclusive, a captação de recursos
171 significativos destinados à melhoria da estrutura hospitalar e aquisição de equipamentos.
172 Ressaltou que os parlamentares representam todo o Estado, não sendo necessário vínculo direto
173 com o município para destinação de recursos, incentivando a atuação conjunta na busca por
174 investimentos para a área da saúde. Destacou ainda a necessidade de fortalecimento da parceria
175 entre o Conselho e a Câmara Municipal, a fim de identificar problemas, propor soluções e
176 direcionar ações que resultem em melhorias efetivas para a população, especialmente nas
177 regiões mais distantes, como assentamentos e distritos. Colocou-se à disposição do Conselho
178 para colaborar nas demandas apresentadas, reforçando o compromisso com a melhoria dos
179 serviços de saúde no município. **2.2 Definição da data da 10ª Conferência Municipal de**
180 **Saúde:** Dando prosseguimento aos trabalhos, foi aberta discussão acerca da definição da data
181 para realização da 10ª Conferência Municipal de Saúde. Durante o debate, foi apresentada a
182 sugestão de alteração da data inicialmente prevista, considerando a realização de evento
183 concomitante denominado "Feijoada Solidária", o qual envolveria grande número de servidores

Elaboração

Imprimir

Assinatura

Assinatura

Assinatura



**CONSELHO MUNICIPAL DE
SAÚDE
PONTA PORÃ / MS**



HUMANIZANDO A SAÚDE

Decreto n.º 2.740/91

5

e participantes. Após discussão entre os conselheiros, ponderou-se que a antecipação da conferência em uma semana seria mais adequada, a fim de evitar conflitos de agenda e garantir maior participação. Foi destacado que, tradicionalmente, as sextas-feiras apresentam melhor viabilidade para a realização de eventos dessa natureza. Considerando também os prazos estabelecidos e a necessidade de organização prévia, foi sugerida a data de 19 de junho de 2026 para realização da conferência. Houve ainda breve discussão sobre possíveis coincidências com eventos de outros municípios e disponibilidade de palestrantes, especialmente aqueles vinculados à esfera estadual, sendo ressaltada a necessidade de planejamento antecipado. Colocada em apreciação, **a data de 19 de junho foi aprovada pela plenária.**

2.3 Indicação da comissão organizadora da referida conferência: Na sequência, passou-se à deliberação sobre a composição da Comissão Organizadora da 10ª Conferência Municipal de Saúde. A Presidente informou a necessidade de criação de uma comissão composta por conselheiros e demais colaboradores, responsável pela organização geral do evento, incluindo solicitação de materiais, divulgação, elaboração de regimento e demais providências necessárias. Durante a definição dos membros, foi destacado que algumas participações são essenciais para o bom andamento dos trabalhos, especialmente no que se refere à organização documental e relatoria. Após indicações e concordâncias, ficou definida a seguinte composição da comissão organizadora: Estelita Aparecida Ajala, Lucilene, Maria Vilma, Ana, Fábio, Marlinda, Elso, Edgar Batista, Giuliana, Elaine e Aline, contando ainda com apoio técnico de Graciela e Judite. Foi ressaltado que a comissão poderá contar com suporte de outros colaboradores, conforme necessidade, não sendo obrigatória a paridade na sua composição, tendo em vista seu caráter operacional. Ainda durante os encaminhamentos, a Presidente aproveitou a presença do vereador Pucca para convidá-lo formalmente a participar da conferência, informando que será encaminhado convite oficial, e solicitando apoio institucional.

2.4 Leitura de Ofícios: Na sequência, foi realizada a **leitura do Ofício nº 47**, oriundo da Gerência de Gestão Estratégica, referente à homologação de proposta cadastrada no sistema InvestSUS, de número **110842630001260002**. O documento trata da aquisição de unidade móvel de saúde, por meio de emenda parlamentar nº 14450010, do ano de 2026, destinada à Unidade Básica de Saúde José Bataglin, localizada na região de Sanga Puitã, no valor de R\$ 399.381,00. **Foi esclarecido que o referido item trata-se de homologação, não sendo necessária deliberação ou aprovação pelo Conselho, configurando-se apenas como informe para conhecimento dos conselheiros.**

2.5 Reformulação das comissões: Dando continuidade à reunião, **passou-se à leitura da Comunicação Interna nº 49/2026**, encaminhada pelo Secretário Municipal de Saúde ao Conselho Municipal de Saúde, tratando da atualização da composição dos conselheiros representantes da gestão. Conforme o documento, foram indicados os seguintes membros: Conselheiro titular: Daniel Lima Kayatt; suplente: Mariane Silvestre Quinhones; Conselheira titular: Márcia Maria Gonçalves Mora; suplente: Giuliana Pissini Brizueña; Conselheira titular: Aline Rodrigues Benites; suplente: Marciana Ferreira Ornelas Amaro; Conselheira titular: Elaine Vicente Garcia; suplente: Cristiane Carina Rodrigues Fernandes. Na sequência, foi realizada a **leitura do Ofício nº 39/2026**, também da Secretaria Municipal de Saúde, encaminhando a reformulação da composição das comissões internas do Conselho Municipal de Saúde, com a indicação de membros titulares e suplentes para cada comissão, conforme segue: Comissão de Orçamento e Finanças: Márcia Maria Gonçalves Mora (titular) e Cristiane Carina Rodrigues Fernandes (suplente); Comissão de Legislação e Normas: Aline Rodrigues Benites (titular) e Marciana Ferreira Ornelas Amaro (suplente); Comissão de Controle, Fiscalização e Avaliação de Serviços: Márcia Maria Gonçalves Mora (titular) e Elaine



230 Vicente Garcia (suplente); Comissão de Acompanhamento da Elaboração e Execução do Plano
231 Municipal de Saúde: Cristiane Carina Rodrigues Fernandes (titular) e Elaine Vicente Garcia
232 (suplente); Comissão de Recursos Humanos: Marciana Ferreira Ornelas Amaro (titular) e
233 Márcia Maria Gonçalves Mora (suplente); Comissão de Ética: Aline Rodrigues Benites (titular)
234 e Giuliana Pissini Brizueña (suplente). A Presidente destacou que a reformulação das
235 comissões visa melhorar o funcionamento dos trabalhos, considerando dificuldades
236 enfrentadas, especialmente na Comissão de Avaliação de Serviços, que possui visitas
237 pendentes. Informou ainda que a nova composição será publicada oficialmente. **3.0**
238 **DISCUSSÃO TEMÁTICA: 3.1 Falta de materiais e insumos nas unidades básicas de**
239 **saúde:** Em seguida, deu-se início à discussão temática referente à falta de materiais e insumos
240 nas unidades básicas de saúde. Com a ausência momentânea de um dos representantes do
241 Fórum dos Usuários, foi concedida a palavra ao conselheiro Elso, que relatou experiência
242 pessoal como paciente no hospital regional, onde permaneceu internado por quinze dias. O
243 conselheiro destacou que, apesar de reconhecer avanços e qualidade no atendimento, observou
244 situações de sobrecarga no sistema de saúde, bem como dificuldades pontuais relacionadas à
245 falta de medicamentos e materiais para curativos. Relatou ainda que, após alta hospitalar, ao
246 buscar atendimento em sua unidade de referência, não encontrou os insumos necessários, sendo
247 encaminhado a outra unidade, onde constatou disponibilidade de materiais. Diante disso,
248 questionou como se dá o processo de distribuição e controle de insumos entre as unidades,
249 considerando a ocorrência de discrepâncias no abastecimento. Em resposta, a representante da
250 gestão, a conselheira Mariane, esclareceu que a situação decorreu, em parte, de problemas em
251 processo licitatório, no qual empresa vencedora não realizou a entrega dos materiais
252 contratados, gerando impacto no abastecimento. Informou que, diante disso, foram adotadas
253 medidas alternativas, incluindo negociações com outros fornecedores e reorganização interna
254 da distribuição. Destacou que foi implementado novo fluxo de controle, com acompanhamento
255 mais rigoroso dos estoques nas unidades, inclusive com deslocamento de equipe técnica para
256 realizar levantamento e redistribuição de materiais conforme necessidade. Informou também
257 que novo processo licitatório já se encontra em andamento, visando regularização definitiva do
258 fornecimento. Ressaltou que, apesar de se tratar de itens básicos, a gestão enfrenta limitações
259 decorrentes de trâmites legais e burocráticos, que impactam diretamente na agilidade das
260 aquisições. Ainda assim, afirmou que a equipe está empenhada na resolução das pendências e
261 que situações pontuais podem ser comunicadas diretamente à Secretaria para providências
262 imediatas. No que se refere ao hospital regional, destacou a melhoria na articulação entre a
263 unidade hospitalar e a Secretaria Municipal de Saúde, com a realização de reuniões periódicas
264 para alinhamento de demandas, troca de insumos e definição de fluxos, incluindo discussão
265 sobre padronização de medicamentos prescritos, visando compatibilidade com a rede
266 municipal. Agradeceu as contribuições apresentadas pelos conselheiros, destacando a
267 importância do retorno da população para identificação e correção de falhas no sistema. Na
268 sequência, foi registrada manifestação de representante do segmento dos usuários, que
269 agradeceu o apoio da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento às comunidades indígenas,
270 informando sobre a realização de ação na aldeia, com participação de palestrantes, e convidando
271 os membros do Conselho para o evento. **3.2 Esclarecimentos acerca do atendimento das**
272 **ambulâncias do SAMU e Corpo de Bombeiros:** Continuando, passou-se à discussão sobre o
273 atendimento das ambulâncias do SAMU e do Corpo de Bombeiros. Foi relatado
274 questionamento oriundo do Fórum dos Usuários acerca do fluxo de atendimento em situações



**CONSELHO MUNICIPAL DE
SAÚDE
PONTA PORÃ / MS
HUMANIZANDO A SAÚDE**



Decreto n.º 2.740/91

7

275 de emergência, especialmente em ocorrência registrada na região de Itamarati, onde, segundo
276 relato, a ambulância da unidade de saúde local não realizou o atendimento.

277 Foi solicitado esclarecimento da gestão quanto aos protocolos que definem a atuação das
278 ambulâncias, bem como quanto à responsabilidade do Corpo de Bombeiros nessas situações.
279 Informou-se ainda que foi encaminhado ofício ao Corpo de Bombeiros solicitando
280 esclarecimentos formais sobre o atendimento prestado. Dando continuidade à discussão
281 temática **referente ao atendimento de urgência e emergência**, foi abordada a necessidade de
282 esclarecimento quanto às atribuições e diferenças entre o Serviço de Atendimento Móvel de
283 Urgência (SAMU) e o Corpo de Bombeiros, bem como o papel das ambulâncias disponíveis
284 nas unidades de saúde, especialmente na região de Itamarati.

285 A representante da gestão, conselheira Mariane, esclareceu que se trata de um tema que vem
286 sendo objeto de planejamento e organização há longo período, destacando a importância de
287 garantir atendimento adequado e seguro à população. Informou que houve, anteriormente,
288 falhas de comunicação e estrutura que contribuíram para situações inadequadas de atendimento,
289 as quais já vêm sendo corrigidas. Explicou que a ambulância disponível na unidade de Itamarati
290 não possui estrutura completa equivalente à do SAMU, sendo classificada como unidade de
291 apoio, sem todos os equipamentos necessários para atendimentos de maior complexidade.
292 Informou que foram identificadas falhas estruturais, como ausência de itens básicos, os quais
293 já estão sendo providenciados. Destacou que, em casos de acidentes envolvendo veículos,
294 ferragens ou situações de maior gravidade, é obrigatória a atuação do Corpo de Bombeiros,
295 conforme normativas específicas. Informou ainda que o SAMU local opera atualmente em nível
296 básico, composto por motorista socorrista e técnico de enfermagem, devidamente capacitados,
297 porém com limitações em relação ao atendimento avançado. Esclareceu também que os
298 chamados são regulados por centrais distintas, sendo o SAMU regulado por central em
299 Dourados e o Corpo de Bombeiros por central em Campo Grande, o que pode ocasionar demora
300 na comunicação e no deslocamento das equipes. Informou que foram realizadas mudanças na
301 organização do atendimento em Itamarati, incluindo reestruturação das escalas e implantação
302 de atendimento de pronto atendimento em regime de 24 horas, o que representou avanço
303 significativo na resposta às demandas locais. Na oportunidade, anunciou que está em fase
304 avançada de planejamento a implantação de uma base do SAMU na região de Itamarati, a qual
305 atenderá também a região da Cabeceira do Apa. Informou que já há tratativas para estruturação
306 do espaço físico, disponibilização de ambulância e organização da equipe, incluindo possível
307 contratação de profissionais da própria região. Destacou que essa implantação representará
308 importante avanço para o atendimento de urgência na zona rural, considerando as distâncias e
309 dificuldades de acesso. Na sequência, a conselheira Cândida apresentou questionamento acerca
310 do atendimento em casos de acidentes domésticos, especialmente em situações em que o
311 paciente não possui condições de deslocamento até a unidade de saúde. Questionou se a
312 ambulância da unidade está autorizada a realizar esse tipo de atendimento. Em resposta, a
313 conselheira Mariane esclareceu que não há regra absoluta, sendo necessário avaliar cada
314 situação de forma individual. Informou que a ambulância da unidade tem função prioritária de
315 apoio interno e transporte de pacientes, podendo, em casos específicos e mediante avaliação da
316 equipe, realizar deslocamento para atendimento externo, especialmente quando não há outra
317 alternativa de socorro. Ressaltou, contudo, que o ideal é que o atendimento de urgência seja
318 realizado pelo SAMU, que possui estrutura adequada, embora reconheça as dificuldades de



**CONSELHO MUNICIPAL DE
SAÚDE
PONTA PORÃ / MS**



HUMANIZANDO A SAÚDE

Decreto n.º 2.740/91

8

tempo de resposta, especialmente em regiões mais distantes. A conselheira também questionou sobre a disponibilidade de ambulâncias em outras unidades, como no caso do Geraldo Garcia, relatando ausência frequente do veículo no local. Em resposta, foi esclarecido que a gestão organiza a distribuição das ambulâncias considerando o fluxo de atendimentos, sendo priorizadas unidades com maior demanda, como Itamarati, onde foi estruturado atendimento de urgência com equipamentos adequados. Quanto à aquisição de equipamentos para as ambulâncias, a gestão informou que parte dos itens já foi obtida por meio de parceria com instituição de ensino, estando em andamento novas aquisições por meio de processos administrativos, priorizando soluções mais rápidas para suprir as necessidades. Foi destacado ainda que a gestão busca manter flexibilidade na utilização das ambulâncias, considerando as particularidades da região rural, evitando tanto a restrição excessiva quanto o uso indiscriminado do serviço. Na sequência, o conselheiro Edgar Batista questionou sobre a existência de comunicação integrada entre os serviços de urgência, considerando situações em que múltiplos chamados são realizados simultaneamente para SAMU, Corpo de Bombeiros e unidades locais. Em resposta, a conselheira Mariane informou que há comunicação parcial entre os serviços, especialmente entre o SAMU e a rede municipal, porém destacou que as centrais de regulação operam de forma independente, o que dificulta a integração plena. Relatou tentativa anterior de integração por meio de sistema de rádio entre os serviços, a qual não obteve êxito devido a dificuldades operacionais e de coordenação entre as instituições. Informou ainda que, em algumas situações, ocorrem sobreposições de atendimento, com deslocamento simultâneo de equipes para o mesmo evento, enquanto outras ocorrências podem ficar desassistidas. Destacou a necessidade de aprofundar essa discussão, onde essa pauta seja retomada em reunião futura, com a presença de representantes do Corpo de Bombeiros e SAMU, para esclarecimentos mais detalhados, a fim de buscar soluções para melhoria da comunicação e otimização dos atendimentos. **4.0 Informes cinco minutos por conselheiros:** Foi apresentado pela gestão, informe sobre a situação epidemiológica do município de Ponta Porã, com destaque para o índice do LIRAA, no qual o município foi citado entre os críticos. Ressaltou-se a preocupação não apenas com a dengue, mas também com o aumento de casos de Chikungunya, que atualmente tem gerado grande número de infecções na região. Na sequência, o conselheiro Ivo de Melo Marques informou sobre a realização de uma audiência pública voltada às pessoas com transtorno do espectro autista, a ser realizada no dia 30 de abril, às 13h, na Câmara Municipal. Destacou-se a participação de autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de representantes do Ministério da Saúde, com o objetivo de discutir melhorias no atendimento às pessoas com Transtorno do Espectro Autista no município. Na oportunidade, a usuária do SUS, senhora Lilian, apresentou demanda relacionada ao atendimento de seu filho, de 9 anos, diagnosticado com autismo, Síndrome de Down e deficiência intelectual. A usuária relatou dificuldades recorrentes em dois pontos principais: **Fornecimento de fraldas:** Informou que enfrentou períodos de até quatro meses sem acesso ao insumo; relatou necessidade de deslocamentos frequentes até a Secretaria de Saúde sem sucesso; destacou inconsistência no atendimento, alegando que outros usuários conseguiam retirar o material enquanto seu filho não era atendido. Sobre o **transporte para atendimento especializado:** Relatou que buscou atendimento com neuropediatra fora do município, devido à ausência de oferta local adequada; Informou ter arcado com consulta particular no valor de R\$ 1.000,00; Apontou negativa ou dificuldade na concessão de transporte individual, sendo orientada a utilizar transporte coletivo, o que, segundo relatado, não atende às necessidades da criança devido à sua condição; Destacou a necessidade de acompanhante,



**CONSELHO MUNICIPAL DE
SAÚDE
PONTA PORÃ / MS**



HUMANIZANDO A SAÚDE

Decreto n.º 2.740/91

9

considerando o quadro clínico do paciente. Também foi levantada a dificuldade no acesso a atendimento com neuropediatria no município, sendo informado que atualmente há limitação de oferta e utilização de telemedicina, a qual, segundo relatos, não tem atendido plenamente às necessidades, especialmente quanto à emissão de laudos médicos. Os conselheiros ressaltaram a necessidade de discussão mais aprofundada sobre: Garantia de transporte em casos de atendimento fora do município; Adequação do atendimento às especificidades de pacientes com deficiência; Ampliação da oferta de especialistas, especialmente neuropediatria; Regularidade no fornecimento de insumos essenciais. Foi sugerido que os casos sejam analisados com sensibilidade e que haja alinhamento entre os setores responsáveis, visando assegurar o atendimento integral aos usuários do SUS. Por conseguinte, A conselheira Aline, representante do segmento gestor, esclareceu que a demanda apresentada pela usuária será tratada como informe, não tendo sido incluída previamente como pauta deliberativa. Dessa forma, a gestão realizará a verificação completa do caso, incluindo análise de prontuário, documentação, fluxo de solicitação e regularidade cadastral, comprometendo-se a apresentar retorno na próxima reunião do Conselho. Na sequência, foi informado sobre **melhoria no transporte de pacientes**, conforme comunicação do setor responsável, estabelecendo que, a partir de 04 de maio, haverá transporte com saída de Ponta Porã às 03h30, com passagem pelo distrito de Itamarati, destinado ao deslocamento de pacientes para atendimento em Dourados. A medida foi destacada como um avanço importante, especialmente para a população da zona rural. Também foi informado sobre a realização de uma ação de saúde no Distrito de Itamarati, no dia 21, com participação de equipes da Secretaria de Saúde em apoio a iniciativa comunitária, incluindo atendimentos e atividades assistenciais. A gestão reforçou que as melhorias implementadas, como: Organização do transporte de pacientes; Ampliação de ações na zona rural; Planejamento para implantação do SAMU em Itamarati; são resultado das demandas apresentadas pelo Conselho e da articulação conjunta entre gestão e conselheiros. Foi solicitado à gestão, por parte dos conselheiros, que o Secretário Municipal de Saúde participe, sempre que possível, das reuniões do Conselho, a fim de fortalecer o diálogo direto com os conselheiros. Na sequência, a gestão alertou para o aumento dos índices relacionados ao mosquito transmissor de arboviroses, com destaque para o crescimento de casos de Dengue e Chikungunya. Foi solicitado o apoio dos conselheiros na disseminação de orientações preventivas junto à população, especialmente no período de chuvas. A gestão informou ainda que está avaliando medidas legais para ampliar a atuação da vigilância sanitária, inclusive com possibilidade futura de aplicação de penalidades em casos de descumprimento das normas de controle de criadouros do mosquito, atualmente sob responsabilidade de outros setores. Por fim, foi informado sobre apoio da Secretaria de Saúde em ação comunitária a ser realizada na região da Lima Campo, com oferta de serviços como vacinação, orientações em saúde e distribuição de materiais de higiene. Foi discutida a necessidade de organização de transporte específico para os conselheiros interessados em participar da atividade. Por fim, a presidente encerra a sessão e agradece a presença de todos. Nada mais havendo a tratar eu, Judite Daiane Bogado Recalde, lavrei a presente ata que vai por mim assinada e após lida e achada em conformidade. Com a reunião, será assinada pelo Presidente e demais conselheiros presentes, na reunião em que ocorrer sua leitura e aprovação.

Assinaturas dos presentes:

Aline Rodrigues Benites: _____

Aline R. Benites



**CONSELHO MUNICIPAL DE
SAÚDE
PONTA PORÃ / MS**



HUMANIZANDO A SAÚDE

Decreto n.º 2.740/91

10

- 409 Ana Celia Brizuela: Ana Celia Brizuela
- 410 Carla Aparecida de Carvalho Bueno Carla Aparecida de Carvalho Bueno
- 411 Daniel Lima Kayatt /Ausente
- 412 Dionatan C. Do Carmo Justificado
- 413 Edgar F. do Nascimento Batista: Edgar F. do Nascimento Batista
- 414 Elso Mendes Mareco Elso Mendes Mareco
- 415 Eleonor de Jesus Ximenes Eleonor de Jesus Ximenes
- 416 Estelita Aparecida Ajala: Estelita Aparecida Ajala
- 417 Elaine Vicente Garcia Ferreira Elaine Vicente Garcia Ferreira
- 418 Fabio Rolón: Fabio Rolón
- 419 Giuliana Pissini Brizuela Justificado
- 420 Ivo de Melo Marques: Ivo de Melo Marques
- 421 Jonas J. Belarmino /Ausente Jonas J. Belarmino
- 422 Lucilene da Silva Rodrigues Lucilene da Silva Rodrigues
- 423 Leonel Araújo Dias /Ausente Leonel Araújo Dias
- 424 Mariza R. dos Santos Holsback Mariza R. dos Santos Holsback
- 425 Marcia Maria Mora Justificado
- 426 Maria Cândida Rodrigues: Maria Cândida Rodrigues
- 427 Maria Cristina da Silva Alvares /Ausente
- 428 Maria Vilma F. Sena Maria Vilma F. Sena
- 429 Marciana Ferreira Ornelas /Ausente
- 430 Marlinda R. Arevalo Marlinda R. Arevalo
- 431 Mariane Silvestre Quinhones Mariane Silvestre Quinhones
- 432 Marta Sulema M. Gonzalez Biolchi /Ausente
- 433 Nivea Maria Queiroz de Pinho Nivea Maria Queiroz de Pinho
- 434 Regina Godoy Gimenes Justificado
- 435 Rosiane Amancio dos Santos/Ausente
- 436 Rosemary Aparecida Soares Batista Justificado
- 437 Rudimar da Silva Goulart Justificado
- 438 Relatora Judite Daiane Bogado Recalde Judite Daiane Bogado Recalde